

Revista trimestral do Programa Europeu LEADER II

LEADER II

magazine



Primavera de 1996 nº 11

**Mulheres,
igualdade de
oportunidades e
desenvolvimento
rural**

Áustria

Norte

Jentlândia



LEADER II

em acção



País: Grécia

Acção realizada: criação e acompanhamento de uma cooperativa de artesãs

Custo: 113 707 ECU

UE: 51 168 ECU

Público: 17 055 ECU

Privado: 45 484 ECU

“Em colaboração com a agência municipal de desenvolvimento de Arnaia, o nosso grupo apoiou a criação de uma cooperativa de mulheres especializada na produção de artigos tecidos. O LEADER contribuiu também para a realização de um plano de marketing integrado, para a instalação de um posto de venda e para a promoção dos produtos (brochuras, participação em feiras no norte da Grécia). As artesãs estão muito orgulhosas com o sucesso da sua empresa e dispõem agora de uma nova fonte de rendimentos. Esta acção permite também redinamizar um antigo saber-fazer que corria o risco de desaparecer.”

Théodoros Sirgianidis,
responsável LEADER



País: Irlanda

Acção realizada: centro para mulheres

Custo (anual): 25 000 ECU

UE: 5 000 ECU

Público: 18 750 ECU

Privado: 1 250 ECU

“Consciente do isolamento de que sofrem as mulheres em meio rural, o LEADER Duhallow organizou o ‘Grupo de Recurso Familiar de Kanturk’, que desenhou a criação de um centro de serviços (dispensário, jardim infantil, local para educação de adultos) e local de encontro para as mulheres. Dele beneficiaram directamente 60 mulheres. Tencionamos agora criar o mesmo tipo de estruturas em todo o território de Duhallow para que todas as mulheres desta zona possam ser abrangidas.”

Maura Walsh,
coordenadora LEADER



País: Itália

Acção realizada: curso de aperfeiçoamento para ceramistas

Custo: 49 905 ECU

UE: 32 438 ECU

Público: 17 467 ECU

“A cerâmica artesanal, que existe aqui desde a mais alta Antiguidade, é uma actividade local muito famosa e cheia de potencial. Partindo de produtos originais e de grande qualidade, o trabalho da argila implica saberes-fazer complexos que é preciso transmitir às novas gerações. Nesta ‘escola-oficina’ gerida por duas mulheres e apoiada pelo GAL, oito jovens artesãs frequentam este curso de aperfeiçoamento centrado na criatividade e na busca de novos motivos.”

Maria Colangelo,
responsável LEADER



País: Portugal

Acção realizada: criação de um pequeno museu-restaurante

Custo: 72 654 ECU

UE: 32 991 ECU

Privado: 39 663 ECU

“Com a ajuda do marido e da família - que conseguiu conquistar para o seu projecto - a Jesus Dias recuperou e reanimou um velho moinho de água e criou um pequeno restaurante familiar anexo. O Moinho do Ti Casinhas tornou-se hoje um centro de actividades dinâmico e muito criativo: serve refeições gastronómicas, organiza festas e banquetes, proporciona a descoberta do engenho e das actividades que lhe estão associadas (captação e condução da água, produção da farinha, fabrico do pão) e propõe percursos pedestres temáticos de exploração do rico património da freguesia. Para além de ter criado assim o seu próprio emprego e de assegurar trabalho regular a mais duas mulheres, a proprietária realizou um sonho antigo: regressar com a família à aldeia natal e contribuir para a valorização e divulgação da cultura local.”

Priscila Soares,
coordenadora LEADER

Em foco: Áustria..... 4



A política rural da "República alpina".
Entrevista de Helga Konrad, Ministra
Federal da Condição Feminina.

Parceiros de pleno direito
no desenvolvimento 6



Mary Braithwaite examina a situação
das mulheres rurais e as diversas vias
possíveis para que se reconheça a
igualdade de oportunidades nos pro-
jectos de desenvolvimento rural.

Mulheres e desenvolvimento rural:
a experiência do LEADER I 12



Vários projectos LEADER beneficiaram
directamente as mulheres.

Mulheres rurais do Norte (Portugal):
atraso importante, intervenção necessária 16



No Norte de Portugal, a profissionali-
zação de actividades femininas tradi-
cionais parece ser, juntamente com o
turismo, a única via de integração
possível na economia familiar.
Encontro com as mulheres de três
zonas LEADER do Norte: Alto Cávado,
Alto Tâmega e Basto.

Jentlândia (Suécia):
quando elas tomam a iniciativa 19



Esta nova secção apresenta os aconte-
cimentos e actividades da Rede Euro-
peia do Desenvolvimento Rural.

Em poucas palavras...



Franz Fischler,
Membro da Comissão das Comunidades Europeias,
responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural

Embora se encontrem em grande número a participar activamente no desenvolvi-
mento do mundo rural e a impulsionar novas dinâmicas, as mulheres estão
geralmente em desvantagem: as suas possibilidades de emprego são insufici-
entes, existem poucas creches para os seus filhos, os transportes colectivos em
meio rural não satisfazem as suas necessidades, o número de centros de for-
mação é limitado. Será preciso, portanto, activar meios que permitam a reali-
zação da igualdade de oportunidades para as mulheres em meio rural.

Ainda que as ajudas Comunitárias no âmbito dos Fundos Estruturais sejam des-
criminatórias em relação aos beneficiários, constata-se na prática que ajudam
muito menos as mulheres do que os homens e que poucas são as medidas que
se dirigem especificamente às mulheres.

Entre todos os instrumentos financeiros disponibilizados pela União Europeia para
a promoção da igualdade de oportunidades em meio rural, a Iniciativa LEADER
merece uma menção particular: entre 1991 e 1993, LEADER I abriu já possibi-
lidades às mulheres para iniciarem projectos de desenvolvimento rural. Pode-
mos aliás enunciar toda uma série de exemplos de sucesso, nomeadamente no
domínio do turismo rural, da valorização de especialidades agro-alimentares
locais, no sector da criação de pequenas e médias empresas e do artesanato.
Espero que as mulheres continuem nesta via e que desempenhem um papel
cada vez mais activo e ainda mais inovador no âmbito da segunda fase da Ini-
ciativa (1994-1999), a fim de explorar melhor as possibilidades que o LEADER
oferece para o meio rural.

Mas é sabido, contudo, que a escolha das acções para a promoção da igualdade de
oportunidades no âmbito dos programas é, em primeiro lugar, da responsabili-
dade dos Estados-membros e dos intervenientes responsáveis pela execução do
programa no terreno.

A Comissão Europeia conta ainda lançar várias medidas novas relativamente à
igualdade de oportunidades durante o ano de 1996: podemos desde já citar a
realização, à escala da União Europeia, de um estudo sobre a situação real das
mulheres na agricultura, acompanhado de uma análise comparativa das dife-
rentes regulamentações nacionais sobre a protecção jurídica das mulheres
neste sector. Estes trabalhos deverão fornecer uma base de propostas com
vista a melhorar a situação.

Pensamos também lançar projectos pilotos visando impulsionar uma maior integra-
ção das mulheres no desenvolvimento rural. Este programa, para o qual um
primeiro anúncio a candidaturas será publicado no decorrer do Outono de
1996, será dotado, para o período de 1997-1999, de 20 milhões de ECU e deve-
rá abordar anualmente um tema preciso. Permitir-nos-á igualmente definir
melhor as necessidades concretas em matéria de projectos e preparar outras
medidas para o futuro.

Graças ao apoio do Parlamento Europeu, o eixo agrícola do orçamento de 1996 será
dotado de uma linha orçamental própria, de um montante de 400 000 ECU,
destinada a responder às necessidades de informação das mulheres rurais, quer
em matéria de política agrícola em geral, quer quanto a possibilidades de
financiamento de projectos específicos.

A rede de informação, já instalada no âmbito do LEADER e animada pelo Observa-
tório Europeu, constitui também um instrumento essencial ao serviço das
mulheres rurais, no sentido em que põe à sua disposição exemplos concretos
de acções bem sucedidas.

Por fim, a grande Conferência do próximo mês de Novembro sobre o desenvolvi-
mento rural deverá revelar as abordagens e instrumentos que permitirão alcan-
çar um tipo de desenvolvimento realmente integrado e um maior reconheci-
mento das mulheres na nossa política. <



O relevo e a situação geopolítica da Áustria explicam em grande parte as especificidades deste país em relação aos outros Estados-membros da União Europeia.

Os Alpes cobrem 74% do território austríaco e a “República Alpina” tem fronteiras comuns com quatro países do antigo bloco de Leste. Estes dois factores provocaram importantes disparidades regionais, tanto mais que a Grande Viena produz por si só cerca de 40% do PIB austríaco.

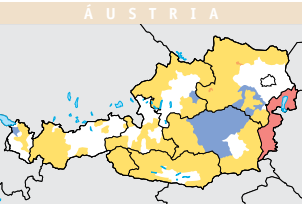
Em meio rural, as zonas muito turísticas, a norte dos Alpes, têm um PIB por habitante correspondente à média nacional. Estas regiões são contudo afectadas por uma taxa de desemprego sazonal elevada e pela estagnação do turismo, sector que representa o essencial da sua actividade. São também confrontadas com a degradação do ambiente. Os outros territórios rurais têm um PIB que se situa entre os 20% e os 50% abaixo da média nacional. Nas zonas periféricas do sudeste e do norte da Áustria, assim como nas diferentes regiões alpinas do interior, 30% da população activa trabalha na agricultura mas geralmente a tempo parcial. Quanto ao sector secundário, é constituído na maioria dos casos por empresas que oferecem salários pouco elevados, sendo as principais fileiras representadas os têxteis, o vestuário, o couro e a madeira.

Não obstante, o meio rural austríaco pode contar com importantes trunfos: um tecido diversificado de pequenas e médias empresas, numerosas explorações agrícolas orientadas para a produção biológica e local, dispositivos de formação inicial e contínua de alto nível, uma taxa de desemprego relativamente baixa, um ambiente bem preservado e uma qualidade de vida muito elevada.

Uma política de desenvolvimento centrada na inovação

“Transferência de saber-fazer especializado”, “valorização do potencial endógeno”, “inovação” são expressões que podem caracterizar a política de desenvolvimento das regiões austríacas desfavorecidas aplicada desde os finais dos anos 70, paralelamente à melhoria das infra-estruturas.

Para que esta política tivesse sucesso, o governo federal e os Länder privilegiaram dois tipos de medidas: a instalação de diversos dispositivos de assistência técnica ao nível local e diferentes ajudas financeiras.



- Objectivo 1
- Objectivo 2
- Objectivo 5b
- Objectivo 5b parcialmente elegível

Superfície: 83 855 km²

Utilização do solo:
florestas: 38 770 km²
culturas, criação de gado: 20 420 km²

População: 7 800 000 habitantes (1991)
- de 15 anos: 18% • + de 60 anos: 14%

Densidade: 93 hab./km² (UE: 115 hab./km²)

PIB/hab. (1994): 20 670 ECU
(UE: 16 650 ECU)

Taxa de desemprego (1994): 6%

Zonas elegíveis aos Fundos Estruturais (1995-1999):

Objectivo 1: 3 965 km²; 270 900 hab.; 165,6 MECU

Objectivo 2: 8 692 km²; 636 600 hab.; 101 MECU

Objectivo 5b: 50 100 km²; 2 275 000 hab.; 411 MECU

Ruralidade

zonas rurais: 91,2% da superfície total (UE: 79,6%)

população rural: 42% da população total (UE: 14%)

densidade: 52 hab./km²

rendimento/hab.: 90,8% do rendimento médio nacional/hab. (1989)

agricultura e silvicultura (1992):
3,3% do PIB; 15-20% da população activa nas zonas rurais (UE: 7,9%); superfície média cultivada por exploração agrícola: 12,9 ha (UE: 16, 4 ha)

turismo: 14% do PIB; 400 000 empregos (250 000 empregos directos)

Entidades administrativas responsáveis pelo desenvolvimento rural:

a nível nacional: Chancelaria federal (coordenação do ordenamento do território e da política regional; FEDER; Objectivos 1, 2, 5b; Iniciativas Comunitárias entre elas o LEADER); Ministério Federal da Agricultura e da Floresta (FEOGA; Objectivo 5a); Ministério Federal do Emprego e dos Assuntos Sociais (FSE; Objectivos 3 e 4)

nível regional: governos do Land (8 Länder abrangidos pelo LEADER, das 9 Länder austríacos)

nível local: 2 301 autarquias

Foi lançado em 1979 um programa de desenvolvimento das zonas de montanha. Esta primeira experiência de desenvolvimento integrado facilitou a execução em 1983 do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local Endógeno (FER).

Desde 1990, o FER financia exclusivamente as prestações de assistência técnica (aconselhamento a empresas, montagem de projecto, etc.) mas o governo federal e os Länder também criaram um Fundo de investimento para a criação de empregos, que, em 1990, com a denominação de “Prémio para a Inovação Local” (RIP), alargou o seu campo de intervenção para cobrir também os serviços às empresas e os investimentos na inovação (produtos e processos).

Outras iniciativas lançadas pelo governo federal, pelos Länder e pelas autarquias têm permitido também apoiar o desenvolvimento local.

Desde 1990, as políticas de apoio à agricultura privilegiam a produção ecológica, a transformação e a comercialização dos produtos assim como a formação contínua. À medida que foram introduzidos por cada um dos Länder instrumentos similares, recursos financeiros muito importantes passaram a estar afectados anualmente à revitalização das zonas rurais, com uma forte prioridade dada à inovação.

As Fundações Locais para o Emprego, apoiadas pelo Ministério dos Assuntos Sociais, constituem um outro instrumento de política estrutural. Fornecem aos

desempregados e aos trabalhadores, em regiões desfavorecidas ou em reconversão, orientação profissional, formação contínua e apoio à criação de empresas. Nas zonas de objectivo 1, 2 ou 5b, os gabinetes de coordenação do desenvolvimento local (“Regionalmanagement-Einrichtungen”), apoiados pela União Europeia, o governo federal e os Länder, completam este dispositivo.

Todos estes instrumentos são integrados pelo Programa-quadro Austríaco de Ordenamento do Território, que orienta os grandes eixos estratégicos tendo em conta as necessidades, projectos e programas provenientes do governo federal, dos Länder e das autarquias. É redefinido de 10 em 10 anos pela Conferência Austríaca sobre o Ordenamento do Território, estrutura de consulta permanente que reúne os intervenientes nacionais, regionais e locais, assim como os parceiros sociais envolvidos.

Ao nível nacional, a coordenação das políticas ligadas ao ordenamento do território é assegurada, em parceria com os Länder, pela Chancelaria federal (Bundeskanzleramt). É esta que coordena o LEADER II, dotado na Áustria de 23,3 milhões de ECU. 8 programas LEADER regionais foram propostos pelos Länder, devendo levar à constituição de uma trintena de grupos de acção local, reunidos numa rede LEADER nacional animada pela ÖAR (“Österreichische Arbeitsgemeinschaft für eigenständige Regionalentwicklung”/Associação Austríaca para o Desenvolvimento Endógeno).



“Não é possível desenvolvimento algum sem a contribuição das mulheres.”

Helga Konrad, Ministra Federal da Condição Feminina

Como descreveria a situação das mulheres na Áustria? As mulheres rurais vivem, na sua opinião, problemas particulares?

As mulheres representam 51,6% da população do nosso país. 62,7% desenvolvem uma actividade profissional. Os seus rendimentos não atingem mais de 70 a 77% dos dos homens. A mulher austríaca tem em média um a dois filhos e ocupa-se geralmente sozinha das tarefas domésticas, mesmo que exerça uma profissão. É um dos principais problemas: as responsabilidades familiares e domésticas da mulher constituem um obstáculo à sua autonomia financeira. Por outro lado, o número insuficiente de creches torna difícil para as mulheres o exercício de uma actividade no exterior e entrava muitas vezes a sua ascensão profissional. As redes de poder masculinas, os preconceitos, etc., dificultaram até agora a carreira das mulheres. A Lei para a Igualdade de Oportunidades e a Promoção da Mulher de 1993 deve permitir-lhes aceder à igualdade profissional, pelo menos no sector público.

Quanto ao número de mulheres presentes nas instâncias políticas, só aumenta lentamente e a custo de uma luta constante: actualmente, no seio do Parlamento austríaco, um quarto dos deputados são mulheres.

No que concerne às mulheres rurais, podem resumir-se assim os seus problemas: fracos rendimentos, falta de possibilidades de emprego, precaridade.

Existem acções específicas a favor das mulheres rurais?

Em certas regiões, as mulheres rurais criaram associações para a promoção dos seus interesses. Nas vésperas da Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, as agricultoras reuniram-se no âmbito de um seminário denominado “Pão e Rosas”, onde se debateram os seus problemas específicos. Em Pequim, organizaram também um atelier sobre a condição das mulheres nas zonas fronteiriças: além dos debates e dos intercâmbios de informação, foi proposta a organização de uma “bolsa de projectos”. O aumento do número de creches

é uma medida que terá os seus efeitos a longo prazo, facilitando o exercício de uma actividade profissional para as mulheres rurais.

No âmbito da grande ofensiva para o emprego que será lançada no próximo ano, deverão ser iniciados e financiados projectos específicos para as mulheres rurais. Em meio rural, a tónica deverá ser colocada na mobilidade e redução do isolamento das mulheres.

Qual pode ser a contribuição das mulheres em matéria de desenvolvimento rural?

Não é possível desenvolvimento algum sem a contribuição das mulheres. A sua contribuição é indispensável se o que se deseja é pôr em prática estratégias de desenvolvimento rural coerentes, respondendo às suas necessidades e expectativas específicas e considerando o seu ponto de vista.

Parceiras de pleno direito no desenvolvimento

As mulheres desempenham um papel fundamental na vitalidade das comunidades rurais. Além da sua contribuição económica, contribuem de modo importantíssimo para a vida familiar e da sua aldeia.

POR MARY BRAITHWAITE [*]

Todavia, as políticas de desenvolvimento rural não reconhecem, de uma maneira geral, no seu justo valor, a contribuição e o papel das mulheres, e daí uma perda da sua eficácia. O sucesso de uma estratégia de desenvolvimento rural depende da mobilização do saber-fazer e dos recursos de todos os cidadãos e da realização de acções que respondam às suas diferentes necessidades. Existem dois princípios essenciais quanto à eficácia de um processo de desenvolvimento: a consideração da igualdade entre mulheres e homens e a participação de todas e de todos.

É corrente evocar a necessidade de reconhecer as mulheres como “recursos humanos primordiais” e, por consequência, incentivá-las a tornarem-se “mais activas economicamente”. Isto deixa entender que as mulheres que não são propriamente “activas” no mercado de trabalho oficial não participam na vida económica e que dispõem de tempos livres que poderiam ser utilmente dedicados a outra coisa. Em meio rural, esta afirmação é completamente errônea.

Activas mas não reconhecidas

É um facto que o desemprego afecta muito mais as mulheres rurais do que os homens rurais. Em certas regiões, a taxa de desemprego feminino é duas vezes mais elevada. No meio rural português, cerca de dois terços dos desempregados são desempregadas... Nas regiões rurais dos novos Länder alemães, o desemprego feminino explodiu depois de 1989, 80% das mulheres que trabalhavam no sector agrícola perderam o emprego, a um ritmo muito mais rápido que os seus homólogos masculinos. São poucas as zonas rurais com uma taxa de desemprego masculino superior à das mulheres. É o caso da Inglaterra e da Escócia, o que se deve em grande parte ao aumento dos empregos a tempo parcial e mal remunerados no sector público, empregos sobretudo ocupados por mulheres. Se considerarmos as mulheres que desejam exercer uma actividade profissional mas não estão inscritas como desempregadas, logo não contabilizadas no número dos desempregados, a situação das mulheres na maioria das zonas rurais é ainda mais grave do que aparece nas estatísticas oficiais.

Além disso, a taxa de actividade formal das mulheres rurais tende a ser menos elevada que a dos homens rurais e das mulheres em meio urbano. É particularmente o caso das regiões de Objectivo 1 onde a actividade assenta ainda bastante na agricultura profissional.

[*] **Mary Braithwaite** é a autora de um estudo sobre as mulheres em meio rural, realizado pela Comissão Europeia (1). Está envolvida em projectos e actividades de investigação sobre a igualdade de oportunidades no desenvolvimento rural da União Europeia. É também consultora, especializada em métodos participativos aplicados à elaboração e à avaliação de projectos de desenvolvimento na Europa e no Terceiro-Mundo.



Menos perspectivas, mais constrangimentos

A fraca integração das mulheres na economia formal e o nível elevado do desemprego feminino decorrem de uma série de fenómenos. Podemos citar nomeadamente: as atitudes tradicionais quanto aos papéis distribuídos às mulheres e aos homens; uma grave penúria de empregos para as mulheres em meio rural; um determinado número de obstáculos - ausência de meios de transporte, de creches, etc. - dificultando o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. A tendência actual agrava ainda mais a situação das mulheres rurais: a diminuição dos efectivos nos serviços públicos e a centralização dos serviços daí resultantes, tanto no sector privado como no sector público, penalizam duplamente as mulheres rurais, tornando mais difícil tanto o acesso ao emprego como aos serviços de que elas e as suas famílias necessitam.

Com efeito, as mulheres dedicam mais tempo a tarefas diferentes, têm mais responsabilidades e efectuem mais horas de trabalho do que os homens. Em França e na Irlanda, onde existem dados sobre o emprego do tempo, as mulheres rurais, em particular as agricultoras, dis-põem de menos horas livres, menos do que as mulheres urbanas e menos do que a maioria dos homens rurais. Por toda a parte, as mulheres rurais acumulam múltiplos papéis: gerem a casa e cuidam das crianças; na aldeia, asseguram os serviços sociais e culturais, a maioria das vezes como voluntárias; economicamen-

te, e quando não são assalariadas ou trabalhadoras independentes, são muito activas na exploração agrícola ou qualquer outra empresa familiar. Em contrapartida, estão normalmente pouco envolvidas nas tomadas de decisão ao nível local ou regional. Isto porque, muitas vezes as suas responsabilidades domésticas e familiares não só entravam a sua participação na tomada de decisão como libertam os homens de numerosas tarefas, facilitando assim a participação masculina. A partilha desigual das tarefas é um obstáculo importante à igual participação entre mulheres e homens no desenvolvimento rural.

Alguns exemplos de iniciativas a favor das mulheres rurais e destinadas a incentivar a sua participação demonstram, contudo, que existem soluções.

Estratégias sectoriais

Em matéria de desemprego feminino, os projectos exigem abordagens estratégicas particulares, o que não significa necessariamente que devam visar apenas as mulheres. Na Irlanda, o projecto "Sabor de Ballyhoura", realizado pelo grupo LEADER, foi uma operação de turismo rural bem concebida destinada a melhorar a qualidade e a frequência dos restaurantes locais. Os empregos criados foram, sobretudo a tempo inteiro, maioritariamente ocupados por mulheres. Focar as iniciativas de emprego em sectores que atraíam mulheres pode ter um real impacto positivo no emprego feminino.

— O apoio ao emprego independente e à criação de empresas é igualmente importante. As mulheres rurais sabem frequentemente identificar bem os recursos e as necessidades locais que podem oferecer possibilidades comerciais. Contudo, uma assistência técnica e um acompanhamento de qualidade são necessários para aumentar a auto-confiança das mulheres e melhorar as suas competências de forma a assegurar o sucesso do empreendimento. Em certas zonas, foram realizadas acções específicas de apoio destinadas exclusivamente às mulheres: é o caso do Centro de Iniciativa de Mulheres (Women's Enterprise Centre) de Launceston, no sudoeste de Inglaterra, que fornece aconselhamento, informação, formação e locais para as mulheres que lançam ou desenvolvem uma empresa. O sucesso do projecto é tal que a Enterprise Tamar, a agência de desenvolvimento que deu origem ao Centro, pode afirmar que presentemente cerca de metade das pessoas que solicitam os seus serviços são mulheres. Na Serra de Montemuro, no norte de Portugal, uma iniciativa de mulheres, apoiada por uma parceria composta por associações locais, uma associação de artesãos e organismos públicos, formou e acompanhou mulheres para conduzirem vários projectos: criação de uma creche, operação integrada de turismo rural, assim como a instalação de postos de venda para produtos artesanais.

Abordagem integrada

Se as iniciativas de mulheres têm um papel decisivo a desempenhar, importa também que os organismos tradicionais de apoio às empresas garantam que os seus serviços sejam tão facilmente acessíveis às mulheres como aos homens. O que implica, entre outras coisas que se sensibilizem os conselheiros de empresa para a questão da igualdade de oportunidades entre homens e

mulheres, que se formem e se nomeiem conselheiros do sexo feminino, que se assegure que os contratos de financiamento ou de crédito não são discriminatórios para as mulheres e que a publicidade para as formações e os serviços de acompanhamento das empresas seja tão incentivadora para as mulheres como para os homens. As iniciativas de emprego e de criação de empresa não devem também limitar-se a considerar o lugar e as motivações existentes das mulheres mas devem também visar a melhoria do seu estatuto profissional. Muitas são as mulheres rurais, que trabalham em quintas ou empresas familiares, a quem não é reconhecido o estatuto de trabalhadores independentes e que não têm tempo suficiente para prosseguir uma formação que abra oficialmente acesso à profissão. Em França, no âmbito de um programa inovador de formação à distância ("Formação aberta - Mulheres rurais"), foi lançada em 1991 uma operação visando a profissionalização dos cônjuges de pescadores artesanais e viveiristas de bivalves da Finisterra (Bretanha), de forma a que pudessem diversificar e desenvolver a sua empresa familiar. Convém, contudo, assegurar que as actividades assim criadas não aumentam o isolamento e a sobrecarga de trabalho das interessadas: se o tele-trabalho ao domicílio ou o turismo na quinta podem aumentar significativamente os rendimentos, podem também reforçar o isolamento das mulheres rurais e a desigualdade na partilha das tarefas domésticas e familiares.

Usar a diferença

As fileiras novas ou não tradicionais oferecem igualmente possibilidades às mulheres rurais, não apenas em termos de emprego mas também como solução para o problema dos transportes e dos serviços de proximidade em meio rural. Em Vogelsberg (Hesse, Alemanha), organismos públicos e transportadores locais associaram-se para formar desempregadas na condução de autocarros e criar novas carreiras de transportes colectivos na zona. O principal desafio a superar agora é rentabilizar estas linhas, o que poderá ser possível utilizando os mesmos veículos para transportar os produtos agrícolas para os centros urbanos.

É neste mesmo princípio que assenta um programa de formação na Haute-Vienne (França): formando mulheres como motoristas de autocarro, diversificam-se as possibilidades de emprego das mulheres rurais e resolve-se simultaneamente o problema da mobilidade das pessoas que não possuem meio de locomoção próprio.

Numa zona isolada da Irlanda do Norte, uma sociedade privada de muito sucesso, Kinawley Integrated Teleworking Enterprise Ltd. (KITE), oferece numa quinta formação e teletrabalho (14 empregos directos), na maioria às mulheres, assim como uma creche para as crianças. Criada por três mulheres, KITE teve dificuldades em obter da parte das agências de desenvolvimento uma ajuda financeira para o arranque. As dirigentes da empresa atribuem esta dificuldade à falta de "visão" das agências contac-

Libertar o tempo para as actividades profissionais:
creche de Kanturk [zona LEADER Duhallow, Irlanda]





A mulher do agricultor assegura frequentemente a administração da exploração familiar

Participação na elaboração do projecto e na tomada de decisão

Para responder às expectativas e necessidades das mulheres, as agências de desenvolvimento podem contudo fazer ainda muito mais do que promover projectos concebidos para e por mulheres. Envolver as mulheres no desenvolvimento rural significa também assegurar a sua participação na elaboração do projecto e na tomada de decisão, no que diz respeito à escolha dos objectivos, estratégias, acções de desenvolvimento a conduzir. Informar as mulheres sobre a estratégia de desenvolvimento rural, demonstrar-lhes que há abertura para as suas ideias e a sua participação, é um primeiro passo muito importante. No sul de Portugal, a Associação In Loco (também um grupo LEADER) organizou numa das aldeias da Serra do Caldeirão o “Congresso da Mulher Serrana”, onde as mulheres puderam discutir os seus problemas específicos e identificar as soluções possíveis. Tais acções reforçam a solidariedade das mulheres rurais e encorajam-nas a procurar activamente as soluções. Seguidamente, importa que as mulheres participem tão activamente como os homens na formulação das políticas e das estratégias conduzidas pelas agências de desenvolvimento e os poderes públicos e que estes se comprometam a que as suas actividades sejam tão acessíveis e benéficas para as mulheres como para os homens. Formar e promover as mulheres para lugares de decisão em matéria de desenvolvimento, melhorar a representatividade das mulheres e das suas associações nas comissões de pilotagem e nos conselhos de administração (fixando quotas de participação, adequando horários, locais e o estilo das reuniões, etc.) são também medidas que podem certamente ter um impacto positivo. Na Irlanda, por exemplo, o Ministério da Agricultura, Alimentação e Floresta pede aos grupos LEADER que assegurem a participação de pelo menos 40% de mulheres nos seus conselhos de administração.

Integrar a igualdade

Deverá efectuar-se um controlo sistemático das políticas, estratégias e projectos de desenvolvimento antes da sua adopção, a fim de assegurar que não sejam discriminatórios para as mulheres ou até que conduzam a uma maior igualdade entre mulheres e homens. Isto implica um diagnóstico local da situação, papéis, necessidades e motivações das mulheres e dos homens, assim como uma estratégia que tenha em conta este diagnóstico. Realizar este estudo prévio pode ser também um meio de mobilizar mulheres e homens no processo de desenvolvimento, na condição de que análises e auditorias participativas façam parte do processo. Na Noruega, um “Plano Municipal para as mulheres”, beneficiando do apoio de vários ministérios, visa pôr em prática em seis municipalidades procedimentos e modos de organização que permitam integrar a “dimensão feminina” e a igual-

tadas, refractárias ao facto do projecto ser conduzido por mulheres e por combinar duas actividades novas na zona: o teletrabalho associado à animação infantil.

Se muitas mulheres têm necessidade de adquirir a auto-confiança essencial para a criação de empresas, muitas agências de desenvolvimento devem aprender a confiar nas ideias e capacidades das mulheres. Muitas ideias avançadas pelas mulheres rurais dizem respeito a actividades não convencionais que visam em simultâneo vários objectivos (rendimento suplementar, emprego, melhoria da qualidade de vida, protecção do ambiente, manutenção da cultura local, etc.), daí que em certos casos, a reacção negativa das agências de desenvolvimento que tendem a não levar a sério estes projectos ou a não lhes fornecerem o apoio técnico e financeiro adequado.

A união faz a força

Os projectos podem ser iniciados e realizados individualmente por mulheres, mas constata-se que na maioria dos casos são as iniciativas resultantes de grupos ou redes de mulheres que mais beneficiam as comunidades locais.

O trabalho em rede explica em grande parte o sucesso de Kvinnum, uma associação de mulheres de Jentlândia, no norte da Suécia (ver artigo correspondente). Além de uma comissão de pilotagem e de um grupo de trabalho que reúnem representantes dos principais organismos públicos, Kvinnum apoia grupos de trabalho, de 20 a 25 mulheres de todos os quadrantes, interessadas pelo desenvolvimento da sua aldeia ou por serviços locais específicos. Com mais de 60 grupos de trabalho no condado, Kvinnum desempenhou um papel importante ao facilitar a dinâmica local e a realização de projectos pelas e para as mulheres.

Na ilha de South Uist, na Escócia, uma rede informal de mulheres, inicialmente criada por um grupo de mães de família que desejavam organizar actividades pré-escolares, originou a criação de Cothrom, que fornece formação e emprego - tecelagem, turismo, cultura e serviços à infância - às mulheres da ilha. No final de 1994, Cothrom tornou-se um centro de trabalho à distância por conta de uma sociedade privada, criando 18 empregos femininos. Na Grécia, o sucesso de várias cooperativas agro-turísticas, a maioria das vezes geridas por mulheres, é uma prova suplementar das vantagens de uma abordagem colectiva e do trabalho em grupo.

—> dade de oportunidades: cada município criou assim um grupo de trabalho, formado por 7 ou 8 mulheres e animado por uma em permanência, que assegura que os interesses e necessidades das mulheres sejam considerados nas políticas, programas e projectos municipais. Métodos e instrumentos que permitem a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projectos que integram objectivos de igualdade entre mulheres e homens estão a ser elaborados por alguns organismos europeus, mas sobretudo no âmbito da cooperação com o terceiro-mundo. As agências de desenvolvimento rural poderão inspirar-se neles e adaptá-los ao contexto europeu. É igualmente desejável que as agências de desenvolvimento e os poderes públicos assumam o compromisso formal de assegurar a igualdade de acesso e de impacto dos projectos entre mulheres e homens. Ao nível europeu, a promoção da igualdade de oportunidade é uma prioridade transversal no conjunto dos programas que beneficiam do apoio dos Fundos Estruturais. É, contudo, indispensável que estes compromissos se traduzam em objectivos e indicadores concretos, que sejam considerados no acompanhamento e avaliação dos projectos, se quisermos poder verificar que os projectos ou políticas em questão produziram os efeitos esperados em matéria de igualdade e de qualidade de vida para as mulheres e os homens do mundo rural. <

(1) "O papel económico e a situação das mulheres nas zonas rurais". Série "Europa Verde". 1994. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, L-2985 Luxemburgo. Disponível nas 9 línguas da União. Está em curso uma actualização do documento, considerando os três novos Estados-membros.



A União Europeia vem alargando gradualmente os domínios de aplicação do princípio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Pretende agora integrá-lo em todas as políticas comunitárias pertinentes. Uma decisão que irá interessar muitos Europeus e sobretudo Europeias.

A política europeia a favor da igualdade de oportunidades tem a sua origem no Artigo 119.º do Tratado de Roma que enuncia o princípio da igualdade das remunerações entre homens e mulheres. No espírito dos "país fundadores" do Mercado Comum, este princípio resulta da lógica da livre concorrência: tratava-se de evitar um "dumping salarial", dado ser patente que os salários das mulheres eram inferiores aos dos homens.

Cerca de 40 anos mais tarde, o trabalho das mulheres continua, no global, a ser 15 a 30% inferior ao dos homens, sem falar da persistência do trabalho não remunerado. Mas, incontestavelmente, a chegada maciça de mulheres ao mercado de trabalho nos últimos 20 anos criou uma situação nova que as instâncias europeias têm procurado equacionar.

Direito Europeu de Igualdade

O Artigo 119.º tornou-se a base de uma verdadeira política com ambição mais social. As Comunidades Europeias aprofundaram o princípio da igualdade de remuneração e alargaram-no, adoptando entre 1975 e 1992 seis Directivas que constituem, com a jurisprudência abundante do Tribunal de Justiça Europeu, o Direito Europeu da Igualdade: "igualdade de remuneração (75/117); "igualdade no acesso ao emprego, à formação e promoção profissional e às condições de trabalho" (76/207); "igualdade de tratamento na segurança social" (79/7); "igualdade nos regimes profissionais de segurança social" (86/378); "igualdade entre mulheres e homens independentes e direitos dos cônjuges colaboradores" (86/613); "protecção da mulher grávida no trabalho" (92/85).

Estas Directivas tinham e têm por objectivo obter, no direito positivo dos doze, e depois dos quinze Estados-membros da União, o reconhecimento de direitos mínimos e a supressão das discriminações existentes em função do sexo. Estas discriminações, fundadas numa concepção inadequada para a nossa época dos direitos das mulheres, são "embutidos" em todos os recônditos dos códigos, leis e regulamentos que regulam as relações sociais, familiares e outras, tais como o Direito do Trabalho, da Segurança Social, o Direito Civil, o Direito das Sucessões, etc... e também o Direito Rural.

Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens:

uma ambição europeia

por Marie Jouffe (*)

Um Programa de acção Comunitária para a igualdade de oportunidades: observatório e laboratório

Paralelamente a esta actividade legislativa, indispensável mas insuficiente para que a igualdade exista de facto, a Comissão Europeia promoveu, desde 1982, um primeiro Programa de Acção para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. Hoje, o 3.º Programa chegou ao fim e o 4.º foi já adoptado pelo Conselho de Ministros da União em Dezembro de 1995 para o período de 1996-2000.

No âmbito dos 3 Programas de acção realizados a nível europeu, constituiu-se um novo saber-fazer sobre a situação respectiva dos homens e das mulheres, nomeadamente em relação à questão do trabalho e do seu ambiente. Este saber é o fruto de investigações, trabalhos de especialistas através de redes, do apoio a acções-piloto e a intercâmbios entre os Estados-membros, em domínios que vão da educação ao emprego, passando pela formação profissional (rede IRIS), criação de empresas (programa ILE) assim como acções de sensibilização e de informação sobre a questão do lugar das mulheres na sociedade em geral.

Estes trabalhos confirmam, por exemplo, que a posição das mulheres no mercado de trabalho continua a ser, regra geral, menos favorável do que a dos homens: maior taxa de desemprego para as mulheres, salários inferiores, responsabilidades familiares mais pesadas, formação menos elevada ou menos valorizada embora seja equivalente. Trouxeram à luz a ligação entre a actividade das mulheres e uma organização social que considera ou não a questão dos cuidados às pessoas a seu cargo: crianças e idosos.

Durante os cinco últimos anos, a situação particular das mulheres em zonas rurais foi objecto de estudos, acções e projectos pilotos, nomeadamente no âmbito do NOW, programa de iniciativa comunitária do FSE, dedicado à igualdade de oportunidades.

Assim, os factores de bloqueio que contrariam a igualdade de oportunidades foram identificados. O Livro Branco sobre a Política Social da Comissão Europeia, partindo destas conclusões, definiu 3 eixos prioritários para a acção a favor da igualdade de oportunidades:

- > suprimir a segregação existente no mercado de trabalho e valorizar o trabalho das mulheres;
- > conciliar as vidas profissionais e familiares;
- > acelerar a participação das mulheres em processos de decisão.

Estes três eixos constituem as linhas de força do 4.º Programa de acção 1996-2000.

A integração da igualdade de oportunidades: um novo modo de acção

Diferentemente dos programas anteriores que se centravam nas acções específicas destinadas a públicos femininos determinados, este 4.º Programa insere-se numa nova lógica: a da integração da igualdade de oportunidades em todas as políticas pertinentes.

Esta nova lógica significa que a dimensão da igualdade de oportunidades deverá ser considerada em todos os dispositivos, meios e políticas desenvolvidas em todos os domínios: assim, refere-se obviamente à política social, mas também do ambiente, transportes, empresa, política regional, desenvolvimento rural, etc.

Isto já se traduziu, ao mais alto nível da Comissão, na criação de um Grupo de Comissários sobre a igualdade de oportunidades. Não é indiferente a este respeito sublinhar que, pela primeira vez na história europeia, cinco mulheres foram nomeadas Comissárias em 1995. Este grupo já submeteu à Comissão uma Comunicação - "Integrar a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no conjunto das políticas e acções comunitárias" (1) - que foi adoptada no passado 21 de Fevereiro.

Numa perspectiva de integração, os fundos especificamente afectados à política de igualdade de oportunidades não constituem o conjunto dos meios que serão postos ao serviço desta política. Segundo os textos dos regulamentos em vigor, esta política deve ser apoiada pelos Fundos Estruturais e as acções que beneficiam destes Fundos devem integrar o objectivo da igualdade de oportunidades.

É o caso do LEADER. Mas avaliar de que modo está integrada a dimensão "igualdade de oportunidades" no seio dos grupos de acção local não consiste apenas em determinar o número de mulheres que beneficiaram de uma acção de formação ou de um subsídio para criar o seu próprio emprego. O objectivo é mais ambicioso, a questão é estrutural e subentende acções que terão impacto a médio e longo prazo na participação e mobilização de toda a população no desenvolvimento do território.

Nada menos, em suma, que contribuir para a evolução das mentalidades a propósito dos papéis de homens e mulheres. Num programa de desenvolvimento rural que aposta na manutenção das populações, esta questão parece bem crucial.

(*) Jurista de Direito Social, Marie Jouffe trabalhou no seio da Comissão Europeia na qualidade de especialista no âmbito da realização do 3.º Programa de Acção Comunitária para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1991-1995), onde acompanhou em particular a reforma dos Fundos Estruturais e abriu o dossier das mulheres rurais.

(1) COM (96) 67 final

Mulheres e desenvolvimento a ex

Tendo por objectivo o desenvolvimento *integrado* de um *território*, o LEADER não visa formalmente categorias de população específicas, contrariamente a outras Iniciativas Comunitárias (EMPREGO - Recursos Humanos, por exemplo). Mas se as mulheres não são objecto de medidas LEADER em particular, muitos são os projectos que as abrangem directamente. A prova disso aqui está, através do LEADER I.



mento rural: periência do LEADER 1

Baseado na iniciativa local e respeitando a diversidade de contextos socioculturais onde opera, o LEADER não inclui ao nível europeu qualquer cláusula formal relativa à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. O que pode lamentar-se: o meio rural é bastante conservador quanto aos papéis sociais desempenhados pelos dois sexos e é preciso reconhecer que as mulheres são muitas vezes minoritárias no seio dos conselhos de administração dos grupos de acção

local (a iniciativa da Irlanda de pedir aos conselhos de administração que incluam pelo menos 40% de mulheres merece ser aqui lembrada).

As mulheres são contudo envolvidas e fortemente representadas em todas as etapas da execução do LEADER: a preparação do projecto de desenvolvimento, os diagnósticos de território realizados em inúmeras zonas LEADER, as “auditorias de aldeia” britânicas, as operações de “renovação da aldeia” na Alemanha, etc. mobilizaram particularmente as mulheres, que estão aliás sempre muito presentes “no terreno”, quer como agentes de desenvolvimento quer como portadoras de projecto.

As mulheres desempenham de facto um papel muito importante no LEADER:

- > demograficamente, são muitas vezes maioritárias em zonas abrangidas pela Iniciativa. Isto é particularmente verdade no sul da Europa - Grécia, Espanha, Portugal, Mezzogiorno (Sul de Itália) - onde o êxodo rural e a emigração dos homens foram importantes;
- > constrangidas ou desejosas de criar a sua própria fonte de rendimentos, as mulheres lançam-se em novas actividades, muitas vezes inovadoras;
- > são actores essenciais no sector do turismo rural, maciçamente apoiado pelo LEADER. Sabe-se, por exemplo, que o agro-turismo, motivado pelo desejo de abertura ao exterior e a procura de um complemento de rendimentos, depende na maioria das vezes das mulheres;
- > as medidas LEADER “valorização dos produtos agro-alimentares locais” e “apoio às PME e ao artesanato” abrangem numerosas agricultoras, mulheres de agricultores, pluriactivas ou artesãs;
- > ligadas a outros programas - NOW por exemplo - as acções LEADER de formação e de inserção tocam particularmente as mulheres desejosas de lançar uma empresa, voltar ao mercado de trabalho, etc.;
- > a instalação de telecentros e outros equipamentos ligados às novas tecnologias de informação facilita o tele-trabalho, o que pode oferecer novas perspectivas de emprego, nomeadamente para as mulheres.

Os exemplos que se seguem apresentam várias acções LEADER I que dizem directamente respeito às mulheres.



Formação de
“animadoras locais”
[Serra do Caldeirão,
Portugal]



Empresa de pratos cozinhados [Inishowen, Irlanda]

Serviços a favor das mulheres

O isolamento e a falta de serviços adequados afectam consideravelmente a qualidade de vida das mulheres rurais. Alguns grupos locais interviram para corrigir a situação: na Irlanda, o grupo **Duhallow** apoiou a instalação de um centro que responde às necessidades das mulheres da zona. Oferecendo serviços de saúde, uma creche e actividades de formação, o centro é também um local de discussão que permite às mulheres romperem com o seu isolamento e serem mais autónomas.

A tarefa de se ocuparem de crianças, que lhes cabe na maioria das vezes, torna mais difícil para as mulheres o exercício de uma actividade profissional. Este problema é acentuado em meio rural onde creches, jardins de infância e outros serviços para crianças estão longe, são raros, ou mesmo inexistentes.

No Reino Unido, o grupo **South Gwynedd** (País de Gales) organizou uma rede de creches, a preços baixos, a fim de favorecer o retorno ao trabalho das mulheres sem emprego.

Em Portugal, o grupo **Ribatejo Centro** (Lisboa e Vale do Tejo) assegurou a formação de mulheres em acolhimento-animado para crianças dos 6 aos 12 anos. Foram criados dez empregos noutras tantas unidades de apoio às crianças em meio escolar, permitindo que mães de família possam exercer mais facilmente uma actividade profissional.

Regresso à vida profissional

Uma das primeiras acções do grupo **Antur Teifi** (País de Gales) foi a realização de diferentes cursos destinados a mulheres que desejavam regressar ao mercado de trabalho. No âmbito do LEADER II, o grupo de acção local financia agora a produção de 3 séries de emissões de

rádio educativas destinadas às mulheres. Igualdade de oportunidades, auto-confiança, integração na empresa, envolvimento na vida associativa são algumas das mensagens veiculadas por estes programas difundidos desde Outubro de 1995.

O grupo **Argyll & the Islands** (Escócia) financiou o equipamento de uma unidade móvel que permite assegurar, em qualquer localidade da zona, cursos de cozinha destinados designadamente a mulheres desejosas de retomar uma actividade profissional.

Acções a favor das agricultoras, pluriactividade

As acções LEADER destinadas a facilitar a diversificação das actividades agrícolas e a pluriactividade abrangem um grande número de mulheres rurais.

O grupo **Lot-et-Garonne** (Aquitânia, França) tem como parceira a associação "Plurielles", criada por mulheres, que apoia activamente as agricultoras que desejam criar novas fontes de rendimentos no âmbito da exploração familiar ou exercer uma actividade remunerada no exterior.

Na Irlanda, o grupo **Barrow, Nore, Suir** financiou cursos destinados principalmente às agricultoras e visando desencadear a criação de actividades rentáveis, baseadas nas necessidades e no saber-fazer locais (rendas artesanais, legumes biológicos, etc.).

Em Portugal, o grupo **Serras de Montemuro, Arada e Gralheira** (Centro) deu formação em produção caseira, apicultura, aquacultura e agricultura biológica destinadas especificamente a mulheres. O mesmo grupo organizou cursos sobre as técnicas tradicionais de confecção do linho. Cinco participantes lançaram em seguida a sua empresa. Um curso de cozinha gastronómica permitiu também que dez jovens mulheres se instalassem por conta própria.

Criação e desenvolvimento de empresas

No Reino-Unido, o grupo **Galloway** (Escócia) concebeu um programa de assistência- aconselhamento que se dirigiu antes de mais a mulheres: “Homebase” (“Domicílio”) consiste na transformação de actividades informais em pequenas empresas ou cooperativas. Ensina-se, por exemplo, aos participantes como montar um plano de empresa. O programa inclui também oficinas de desenvolvimento pessoal (auto-confiança, comunicação em grupo, etc.). Duas cooperativas - serviço de “catering” vegetariano e fabrico de chocolate - estão já a funcionar, e outras 6 participantes criaram o próprio emprego em chapelaria, turismo, etc.

Em Portugal, uma associação da zona **Raia Centro-Sul** (Centro) organiza formações em bordado artesanal tradicional. Cada estágio acolhe 25 participantes. O objectivo é incentivar o trabalho ao domicílio e a criação de pequenas unidades de produção. O grupo LEADER participou igualmente na criação de uma estrutura de comercialização ao serviço das artesãs e de outras trabalhadoras independentes da zona.

Em Itália, o grupo **Basilicata Sud-Occidentale** (Basilicata) apoia o artesanato local tradicional: cerâmica, cestaria, etc. Contribuiu assim para a redinamização ou reabertura de 12 lojas de produtos artesanais. As mulheres são as principais beneficiárias deste processo. Em Espanha, o grupo **Navarra** (Navarra) financiou parcialmente a modernização das instalações de uma cooperativa de mulheres especializadas em chapelaria. O grupo financia também formações em tapeçaria (300 horas) destinadas a mulheres pouco qualificadas. Cursos de gestão de empresas complementam estas formações, que visam facilitar o auto-emprego.

O grupo **Campo de Calatrava** (Castela-La Mancha) apoiou a instalação de uma cooperativa para o fabrico e comercialização de rendas de bilros (“Encajes de bolillos”). A empresa, que visa a inserção profissional das mulheres de mais de 45 anos e de menos de 25 anos, já permitiu a criação de 6 empregos.



Cooperativa de S. Jorge [Kozani, Grécia]

Alcarria Conquense, outro grupo LEADER de Castela-La Mancha, facilitou a criação de uma associação de mulheres-artesãs.

As cooperativas de mulheres são numerosas e muito activas nas zonas rurais gregas: o grupo **Chalkidiki** (Macedónia Central) apoiou a criação de uma cooperativa de tecelagem. O LEADER acompanhou também todas as fases da comercialização dos produtos, financiando a criação de um posto de venda, a realização de brochuras promocionais e a participação da empresa em diversas feiras e salões profissionais.

Numa aldeia da zona LEADER de **Kozani** (Macedónia Ocidental), 17 mulheres associaram-se para criar uma cooperativa que produz duas especialidades regionais muito apreciadas, mas ainda pouco comercializadas na Grécia: a “pitoura” (um tipo de massa) e a “trachana” (espécie de sêmola). O grupo LEADER participou na construção do local e na compra do equipamento necessário; e implementou ainda um centro de aconselhamento e de assistência técnica às empresas e cooperativas de mulheres.

Na região de Meteoros, o grupo **Kalabaka-Pyli** (Tessália) apoiou a criação de uma cooperativa de mulheres especializada no acondicionamento de plantas medicinais de montanha.

Ainda na Tessália, o grupo **Elassona** apoiou artesãs que confeccionam trajes folclóricos e “kilims”, tapetes tecidos muito famosos. A acção LEADER permitiu a modernização desta actividade tradicional e facilitou a comercialização dos produtos.

O grupo **Evros** (Macedónia Oriental) participou na criação de um “Centro do Artesanato e do Trabalho ao Domicílio”. Gerido por uma cooperativa de mulheres, visa incentivar a produção artesanal local e a formação permanente das mulheres da zona. <



Formação em marcenaria
[Sierra Sur de Sevilla, Espanha]



Mulheres rurais do Norte (Portugal)

Atraso importante, intervenção necessária

O emprego é raro nas zonas rurais portuguesas. Particulamente para as mulheres, mal armadas para enfrentar um mercado de trabalho muito restrito. Para aquelas que não emigraram, a profissionalização de actividades femininas tradicionais - artesanato, produtos agro-alimentares, etc. - parece ser, com o turismo, a única via de integração possível na economia formal, com a condição de ultrapassar importantes obstáculos culturais e estruturais. Um encontro com as mulheres de três zonas LEADER do Norte: Alto Cávado, Alto Tâmega e Basto.

“Não fazem ideia *da influência das novelas brasileiras!”* Teresa Lima, directora financeira da ADRAT, grupo de acção local para o Alto Tâmega (norte de Portugal), não é a primeira pessoa a surpreender o visitante com este comentário: aparecidas há uma dezena de anos, os folhetins cor-de-rosa que desfilam incessantemente na televisão portuguesa *“têm, quer se acredite ou não, trazido uma certa modernidade às aldeias mais recuadas”*, afirma, também ele, Francisco Botelho, antigo responsável pelo GAL e consultor em desenvolvimento na Ribeira de Pena, um dos quatro municípios da zona LEADER Basto.

Dois testemunhos concordantes que demonstram bem que aqui as mulheres têm um longo caminho a percorrer: o longo isolamento de Portugal, o seu atraso de desenvolvimento, evidente no interior, e o paternalismo dos anos de ditadura deixaram o “segundo sexo” na berm da estrada. A penetração recente dos valores da sociedade de consumo, veiculados pela televisão e pelo regresso do(a)s emigrantes, criou necessidades que exigem a monetarização em passo acelerado de uma economia rural inadaptada, com todas as frustrações que o

fenómeno provoca. “Por um lado, não é a mulher rural ‘tradicional’ que devemos mais lamentar”, explica Teresa, “pois ela nunca conheceu outra vida...As maiores dificuldades são sentidas pelas mulheres das vilas, como aqui em Montalegre: o seu nível de formação é mais elevado, desejam “libertar-se” e procuram empregos remunerados, que são muito raros no local. Quanto àquelas que desejam continuar os estudos, não o fazem muitas vezes devido a dificuldades financeiras. Sou também professora de economia e vejo muitas raparigas com capacidades mas que são obrigadas a renunciar ir mais longe.”

Emigração

À primeira vista, os campos do Norte parecem muito povoados: por todo o lado, encostas e vales estão semeados de casas e nunca se sabe onde começam e acabam as aldeias. Mas depressa reparamos que grande número de edifícios estão fechados ou ainda em construção: estas grandes casas modernas pertencem a dezenas de milhares de emigrantes que partiram para trabalhar em França, Alemanha, Benelux ou Suíça, mas sempre com a ideia de regressar ao seu país na idade da reforma. As zonas LEADER têm por isso densidades populacionais relativamente baixas (Alto Tâmega: 30 hab./km²) ou médias (Alto Cávado: 96 hab./km²; Basto: 83 hab./km²), sem comparação com a que teriam se todos os emigrantes voltassem definitivamente.

As zonas rurais do Minho e de Trás-os-Montes foram sangradas pela emigração: “É uma tábua de salvação para os homens, uma via de emancipação para as mulheres, mas também a causa de muitos problemas sociais locais”. Segundo Teresa Lima, a emigração desequilibrou a sociedade rural, começando pelas relações entre pais e filhos: “muitas vezes, quando os filhos dos emigrantes atingem a idade da escolaridade obrigatória, são confiados à avó que ficou na aldeia. Mas, tendo já conhecido a sociedade de consumo do Norte, estes miúdos têm necessidades que não podem ser satisfeitas pela economia de subsistência que caracterizou até agora o meio rural português”.

Auto-emprego

No coração das grandes mutações que o Portugal rural conhece desde há 10 ou 15 anos, as mulheres parecem estar mal preparadas para “ganhar a sua vida”, inserir-se na economia formal: pouco escolarizadas, têm poucas oportunidades de aceder ao emprego assalariado,



Promoção do artesanato local: passagem de modelos financiado pelo Grupo Alto Tâmega

sendo o mercado local muito limitado. O auto-emprego constituiu, assim, quase sempre a única solução possível e o artesanato (sobretudo têxtil nesta zona do país) é o sector que parece apresentar maior potencial: profissionalizando esta actividade tradicional de muitas mulheres rurais, organizando uma verdadeira fileira artesanal, as agências locais de desenvolvimento, apoiadas pelo governo português (Comissão da Condição Feminina, Instituto do Emprego e Formação Profissional, etc.) e a União Europeia (Programas NOW, ILE, LEADER...), estão dispostas a explorar esta vasta reserva de empregos para as mulheres.

A Aliança Artesanal de Vila Verde, no Alto-Cávado, é uma cooperativa que reúne cerca de 80 artesãs. A sua estrutura-mãe existe desde 1948: nessa época, a “Obra das Mães para a Educação Nacional”, instituição do regime de Salazar, encorajava o artesanato para a mulher no lar. “Este quadro paternalista original incomodou mesmo um pouco a criação da nossa cooperativa em 1988”, recorda a directora, Maria da Conceição Pinheiro.

—> A maioria das artesãs trabalham ao domicílio. Para 30 delas, tecelagem, bordados ou pintura em cerâmica são uma ocupação a tempo inteiro. 7 exercem a sua actividade nas oficinas da cooperativa. Esta assegura o controlo de qualidade (“etiqueta”), promoção, venda directa e distribuição dos produtos nos mercados nacional e internacional (por intermédio de grossistas). *“Os nossos resultados reforçam a nossa credibilidade, porque o nosso grande problema é a desconfiança das artesãs entre si e em relação à cooperativa”,* lamenta Maria da Conceição. *“Confinadas às tarefas domésticas e familiares, as mulheres estão desde há muito tempo isoladas; são por isso muito individualistas. Motivadas pelo desejo de consumir mais e por alguns incentivos governamentais, não aderiram espontaneamente à cooperação. Os rendimentos que a cooperativa lhes proporciona agora criam um sentimento de confiança e de solidariedade. As formações em design e as operações de promoção que organizámos com o apoio do LEADER contribuíram grandemente para a criação de uma solidariedade que não existia anteriormente.”* Assim se ultrapassou um importante obstáculo, porque, como sublinha Teresa Lima, *“quando uma actividade se torna rentável, inúmeras mulheres lançam-se nela muito depressa, pelo que o mercado local fica saturado. É preciso então comercializar no exterior. Para tal, é preciso associarem-se, o que é muito difícil de realizar, dada a falta de formação e o individualismo destas mulheres.”*

À falta de solidariedade, junta-se a falta de espírito de iniciativa. Ainda segundo Teresa Lima, *“a questão é sobretudo cultural: as que não emigraram têm tendência a ser resignadas. Há sempre o ancestral reflexo fatalista de pensar que ‘desde que tenhamos o que comer, já é suficiente’, os homens mais do que as mulheres, aliás...”* Esta análise, confirmada por vários intervenientes interrogados, é contudo contrariada pela experiência de Maria de Freitas Soares: esta dinâmica septuagenária, tesoureira da Associação Centro Social de Covide, soube mobilizar toda uma aldeia em torno da construção, entre 1990 e 1994, de um complexo de quatro pavilhões que englobam um centro polivalente, uma escola-oficina e um posto de venda para as artesãs locais. Criou também, com fundos próprios, uma fundação para o desenvolvimento local, “Calcedónia”, que pretende dotar Covide de uma creche, um forno de pão colectivo e um serviço de “catering”. *“A criação de uma fundação é uma fórmula pouco habitual em Portugal”,* sublinham os responsáveis do GAL Alto Cávado que apoiou aqui várias formações e financiou alguns equipamentos, *“mas também é certo que o que se passa em Covide é muito excepcional e deve-se sobretudo ao carisma desta mulher notável.”*

Privado

Compreende-se que aqui as agências de desenvolvimento apostem muito nas “empreendedoras” locais e não hesitem em apoiar as iniciativas privadas: *“já vi muitas experiências colectivas falharem por causa de problemas de comercialização”,* explica Francisco Botelho. *“Dispor já de um mercado é um critério fundamental na selecção dos projectos a financiar.”*

É o que justifica, segundo ele, o apoio dado pelo grupo LEADER Basto à Casa do Campo, vasto edifício aristocrático, com jardins do século XIX e de reputação internacional. Armanda Meirelles e a sua filha Gabriela praticam aqui, desde há dez anos, o “turismo de habitação” (turismo de alta qualidade em edifícios classificados) e dão formação em bordados e filigrana às mulheres dos arredores. O LEADER financiou parcialmente a conversão de uma antiga dependência em posto de venda para os produtos – topo de gama – executados mediante encomenda pelas artesãs locais. Gabriela Meirelles comercializa a ela própria no Porto e no Brasil.



O Centro Social e Artesanal de Covide
[Alto Cávado]



Cooperativa de artesãs apoiada pelo LEADER

“O LEADER revitalizou este local”, sublinha Alfredo Coelho, agente de desenvolvimento. “A Casa do Campo é agora um modelo de actividade rentável que provocou uma verdadeira tomada de consciência nesta parte da zona. Proporciona 10 empregos directos e dá trabalho a mais umas 10 artesãs.”

A agência ADRAT apoia Modabarr, uma empresa artesanal de confecção de roupas que soube aliar tradição e modernidade: *“este projecto é privado mas já teve várias repercussões colectivas”,* afirma com insistência António Montalvão Machado, director da ADRAT.

“A montante, permitiu a reintrodução de uma antiga actividade em vias de desaparecer, a tecelagem da lã; no local, assegura 5 empregos a tempo inteiro; de uma forma mais geral, revaloriza o artesanato local e demonstra ao conjunto das produtoras que é possível adaptar os produtos tradicionais à moda actual”. Os desfiles de moda financiados pelo LEADER já inspiraram efectivamente outras artesãs e suscitaram o interesse de uma grande cadeia de distribuição. A compra de equipamento informático também permitiu modernizar a gestão da empresa e o fabrico de padrões concebidos por Agnès Ellouz, parisiense instalada desde há alguns anos na região.

O sector têxtil não é evidentemente a única actividade artesanal a beneficiar de um apoio do LEADER: as pequenas empresas agro-alimentares foram também objecto de intervenções. Basto forneceu 50% dos fundos necessários à modernização de uma pastelaria artesanal pertencente a duas mulheres. A ADRAT financiou em cerca de 15 000 ECU a compra do equipamento necessário à expansão da sociedade Artefumo (4 empregadas) que produz presunto fumado, grande especialidade da região de Chaves. A proprietária, Antónia Gonçalves, comenta incidentalmente que teve que utilizar os serviços de um homem para poder negociar a compra do terreno: *“não tinha credibilidade e perguntome ainda se foi por ser jovem ou porque sou mulher...”*

O turismo constitui, claro está, um outro sector de eleição para gerar empregos ou rendimentos complementares para as mulheres. No Alto Cávado, por exemplo, o LEADER e a agência ATAHCA orientaram 11 aldeias pitorescas para o turismo rural, financiando em 65% a recuperação de fachadas e a criação de sessenta alojamentos turísticos, na maioria dos casos geridos por agricultoras.

A dimensão “mulheres” é considerada na selecção de tais projectos?

“Nós não apoiamos particularmente mulheres, responde Francisco Botelho, apoiamos famílias: o Portugal rural vive situações económicas, sociais e culturais que não são comparáveis às dos países para onde emigrou uma grande parte da sua população. É preciso, aliás, constatar que as mulheres emigradas que regressaram aqui têm uma influência decisiva na dinâmica local, o que se começa a perceber. Não podemos negar que a condição das mulheres rurais melhorou, embora o caminho ainda seja muito longo...”

ALTO CÁVADO

ATAHCA, Praça do Município,
P-4730 Vila Verde
Tel & Fax: +351 53 32 39 66

ALTO TÂMEGA

ADRAT, Av. Tenente Valadim 39,
P-5400 Chaves
Tel: +351 76 33 17 71 - Fax: +351 76 22 742

BASTO

PROBASTO, Bairro João Paulo II,
P-4860 Cabeceiras de Basto
Tel: +351 53 66 20 25 - Fax: +351 53 66 20 26

Jentlândia [Suécia]



Como nos “bons velhos tempos”:
animação turística organizada
pela cooperativa Åtigårn

quando elas tomam a iniciativa

No imenso condado de Jentlândia (Médio-Norte sueco), as mulheres são muitas vezes a vanguarda das iniciativas de desenvolvimento.

Nesta região particularmente sub-povoada (2,7 habitantes por km²), cerca de 300 grupos, cooperativas, redes, etc., maioritariamente liderados por mulheres, são envolvidos em todos os tipos de actividades económicas, sociais ou culturais, o que permite assegurar a este meio rural disperso um dinamismo e uma qualidade de vida excepcionais. “*Creio que a história pode já explicar a nossa relativa facilidade em mobilizar as mulheres*”, afirma Margaretha Lindbäck-Hansson: “*existe na Jentlândia uma tradição de resistência própria às terras de pioneiros, uma tradição de igualitarismo (o sistema feudal nunca existiu aqui) e uma tradição de autonomia das mulheres, habituadas a ‘gerir a loja’ quando os homens trabalhavam longe, na floresta.*” Margaretha anima uma cooperativa de 13 mulheres que restaura e gere, desde 1995, uma quinta do século XIX. A antiga habitação dos lavradores foi reabilitada de modo a permitir receber visitantes para uma refeição ou um café, e mesmo para alojamento (50 pessoas pernovernaram aqui durante o primeiro ano de funcionamento). Nada de muito original à priori, a não ser o facto de as hospedeiras, vestidas como as camponesas do século

passado, cozinhareem no átrio e as características do local obrigarem aos que aqui param a viverem exactamente como há cem anos: condições de conforto precárias da época (não existe electricidade nem água corrente), participação no tratamento dos animais, possibilidade de aceder ao local de carroça, etc.

“*Estamos agora a recrutar outros membros para dividirmos melhor o trabalho*”, explica Margaretha. Não é arriscado dispersar os rendimentos da actividade por tanta gente? “*O dinheiro não é o principal objectivo*”, responde, “*o que interessa é toda esta dinâmica que o projecto gera na aldeia. A prazo, o nosso objectivo é criar outras atracções-etapa deste tipo à volta do Storsjön, o “Grande Lago”, coração geográfico e histórico de Jentlândia.*”

Um pouco por todo o lado, são geralmente as mulheres as primeiras a impulsionar esta dinâmica. A história é muitas vezes a mesma: etapa 1 (fim dos anos 80), a campanha nacional “Hela Sverige ska leva” (“Toda a Suécia deve viver”) a favor da revitalização do mundo rural e na qual as mulheres se envolveram fortemente; etapa 2, criação de “redes” informais de mulheres nas aldeias (actualmente 50 na Jentlândia) – discussões, avaliação das necessidades, identificação de projectos; etapa 3: formalização do processo, a maioria das vezes através da criação de uma “cooperativa” (cuja fórmula é muito flexível na Suécia: essencialmente são requeridos estatutos e a participação de pelo menos 3 membros), para levar os projectos a bom termo.

Este é, por exemplo, o percurso da Agendum: *“Começamos muito simplesmente por ser uma rede de mulheres em 1990”, diz Ann-Margreth Göransson, uma das responsáveis e antiga autarca local decepcionada com a acção política “tradicional”. “Numa região bastante conservadora no que respeita aos papéis homens-mulheres, a finalidade era antes de mais de mobilizar as mulheres em torno de encontros e acontecimentos socioculturais, a fim de dar mais visibilidade à sua acção, defender os interesses das mulheres, aumentar a sua representatividade nas tomadas de decisão, sobretudo ao nível local e regional. Mais tarde, apanhámos o comboio das novas tecnologias e criámos uma rede telemática ligada agora a outras redes de mulheres na Europa. A cooperativa Agendum, fundada em 1995, constitui a entidade legal que coordena todo este trabalho.”* Exemplo de realização concreta: a compra, com a ajuda do governo sueco e do município (*) de Berg, de 20 computadores que constituem dois “parques móveis” de computadores transportados de 10 em 10 semanas para uma aldeia diferente, permitindo sensibilizar “in loco”, as pessoas à informática, “desde o tratamento de texto até à Internet”. Desde 1994, cerca de 500 pessoas (na maioria mulheres) e a maioria das aldeias do município já beneficiaram desta forma de formação nestes domínios.

Klövsjö

Klövsjö (480 habitantes) reivindica o título de “a mais bela aldeia da Suécia”. O sítio é, com efeito, encantador: o lago formando uma vasta baía, casas tradicionais agrupadas em torno de uma pequena igreja vermelha e branca... Desde há vários anos, os seus habitantes estão empenhados numa ambiciosa ofensiva de revitalização da aldeia e de melhoria do ambiente, por iniciativa das mulheres. Tudo começou em 1986: sofrendo a falta de serviços que cuidassem das suas crianças, cinco delas decidiram criar uma creche/jardim de infância. Fundaram em 1988 uma cooperativa e arranjaram, com a ajuda da autarquia, uma grande casa que permite hoje responder às necessidades de 11 famílias. Estas ocupam-se, rodando, da boa gestão do estabelecimento e da arrumação dos espaços. 5 empregados (1 a tempo inteiro; 4 a tempo parcial) asseguram o funcionamento quotidiano da estrutura. *“Toda a gente ganha com este sistema”, afirma Lena Dahl, uma das fundadoras da cooperativa que conta agora com vinte membros: “o Estado e a autarquia, a quem esta fórmula autogerida evita custos, os pais, que dispõem de um bom serviço de apoio, e as crianças, que desfrutam de um quadro de vida particularmente saudável e realizador...”* O sucesso do projecto desencadeou um verdadeiro movimento colectivo na aldeia: em Fevereiro de 1990, por ocasião da “Semana das Mulheres de Jentlândia” que tem lugar anualmente, as mulheres de Klövsjö reflectem sobre uma acção a desenvolver. *“Como é hábito, tudo partiu de uma ameaça”, conta uma delas, Ingalis Sjöberg-Bromée. “O lago é muito importante para a aldeia; ora, constatámos uma grande poluição das águas por fosfatos. Decidimos fazer qualquer coisa e convencemos todas as mulheres da aldeia a não mais utilizar detergentes com*

fosfatos. A mercearia deixou de os vender. Seis meses mais tarde, as medições indicavam que a presença de fosfatos no lago tinha diminuído de metade. Este resultado directamente visível encorajou toda a gente para ir mais longe, tanto mais que a operação atraiu a atenção dos meios de comunicação à escala nacional. Agora, ataca-se a gestão do conjunto das águas utilizadas.” Foram instaladas casas de banho ecológicas em vários edifícios públicos da aldeia. Os detritos são compostados e utilizados como fertilizantes. Foi proposto um projecto no âmbito dos fundos reservados ao Objectivo 6 (“ajuda às regiões nórdicas de fraca densidade populacional”): serão adquiridos 12 aparelhos e colocados gratuitamente à disposição dos lares interessados. Uma investigação sobre o impacto ambiental da operação, assim como um estudo destinado a “ecologizar” todos os equipamentos colectivos da aldeia, serão conduzidos em paralelo. Entretanto, várias mulheres lançaram-se no fabrico de produtos de beleza ecológicos e a mercearia de Klövsjö comercializa-os, assim como vários outros produtos “verdes”, e a ecologização da aldeia já teve repercussões noutras partes da Suécia: *“até Estocolmo, revela Lena Dahl, onde já me perguntaram como tínhamos agido aqui. Respondi: ‘tudo depende do vosso problema. O que é que vos motiva? A nós, é o lago’...”*

“Os aldeões”

A cinquenta quilómetros a norte de Östersund, capital e única cidade importante de Jentlândia, um pouco afastadas da estrada que leva à Lapónia, encontra-se um conjunto de três aldeias – Högarna, Fagarland e Ollsta – que totalizam 130 habitantes. O futuro parecia muito sombrio aqui em meados dos anos 80: a estrada de gravilha estava em péssimo estado, a carreira de autocarros, a loja e sobretudo a escola estavam em vias de fechar. Os habitantes reagiram, criando em 1985 um grupo de reflexão que produziu um diagnóstico e definiu uma estratégia: *“A ideia geral é que era necessário melhorar os serviços e favorecer a convivialidade, de forma a tornar as aldeias atractivas para a instalação de novas famílias”* explica Britt-Inger Sundin, uma das “líderes” da iniciativa.



Ao serviço do desenvolvimento local: a cooperativa Agendum



Construção
do lar para pessoas
idasas de Byssbon

— O grupo arregaçou as mangas e desenvolveu os dois primeiros projectos: a instalação de um ringue de patinagem e a transformação da antiga escola em centro polivalente, inteiramente realizados por trabalho benévolo e financiados pela organização de acontecimentos e quermesses. “Aqui as mulheres não têm medo de nada. São elas que começaram o trabalho, mas rapidamente os homens as acompanharam...”, refere com insistência Britt-Inger. O grupo criou uma “cooperativa de aldeia”, Byssbon” (“Os aldeões”), segundo o princípio de um membro/um voto, com 50 membros. Graças à caução do município, a cooperativa recebeu um empréstimo de 340 000 ECU para construir, em 1990, três casas unifamiliares, respeitando o estilo arquitectónico tradicional. Foi publicado um anúncio na imprensa nacional e três famílias foram recrutadas para se instalarem nas casas (em arrendamento com opção de compra). Simultaneamente, a construção de um forno de pão comunitário e infra-estruturas de lazer (também aqui existe um lago próximo) vieram acrescentar um toque convivial ao conjunto. A estrada foi arranjada e a iluminação pública melhorada em 1992. No ano seguinte, Byssbon empreende o seu projecto mais ambicioso do ponto de vista financeiro: a construção de um lar para idosos (9 apartamentos), graças a um empréstimo de 612 000 ECU garantido pela autarquia. “Quisemos conservar os velhos perto de nós, libertando ao mesmo tempo as suas casas para novos habitantes”, explica Leif Ahlin, um dos responsáveis pela cooperativa. Uma estratégia que se revelou eficaz, uma vez que nos últimos três anos, 7 novas famílias (11 crianças) se instalaram aqui, justificando a abertura de uma creche em 1995 e a recente reabertura da loja local. “Finalmente, foi esta loja que nos deu mais preocupações”, constata Leif: “fechou várias vezes nos últimos anos... Mas a 27 de Fevereiro de 1996 foi um grande dia: a reabertura após dois anos, para sempre, espero!” Graças a um empréstimo sem juros do conjunto dos habitantes, um membro de Byssbon pôde reabrir o comércio.

Telecentro

Segundo Lennart Nilsson, tesoureiro da cooperativa, o conjunto da revitalização das aldeias terá custado cerca de 1,1 milhões de ECU, “sem contar evidentemente os milhares de horas de trabalho voluntário...”, apressa-se a acrescentar. Não são apenas as aldeias que são salvas, melhor ainda: as aldeias são conectadas com o mundo, porque Byssbon se lançou desde há vários anos na informática e na telemática. 90 habitantes (cerca de 70% da população total!) fizeram um curso de informática. Doze deles compraram um computador e oito utilizam-no no seu trabalho. Byssbon foi oficialmente reconhecida como telecentro no seio da Rede Telemática Rural existente na Suécia. Foram criados 4 empregos ligados a esta actividade. A cooperativa

aposta na carta do teletrabalho, constituindo e gerindo bases de dados para diferentes empresas privadas. É também responsável pela base de dados do “Conselho do Movimento Popular” que federa cerca de 2 500 grupos envolvidos em acções de desenvolvimento rural. Não é pois de estranhar que Byssbon seja agora responsável pela elaboração da base de dados do Carrefour da Jentlândia, gabinete de informação e de animação rurais apoiado pela Comissão Europeia. Também se organizam regularmente formações residenciais em informática.

Transferibilidade?

O impressionante sucesso desta operação levanta naturalmente a questão da sua transferibilidade para outras zonas rurais “frágeis”. A resposta não é simples, porque para além da forte capacidade de resistência dos habitantes, que permitiu inverter a tendência e mesmo fazer entrar a sua aldeia em pleno na “sociedade de informação”, a experiência de Byssbon inscreve-se num contexto global favorável, que não é o mesmo em todas as zonas rurais: uma “cultura de pioneiros” ainda viva, um nível de equipamento muito elevado, redes de solidariedade activas e bem organizadas, uma sociedade “cidadã” dotada de instrumentos públicos poderosos que parecem estar particularmente à escuta das necessidades expressas pelas populações locais, e nomeadamente as mulheres. Leif Ahlin avança também a sua própria explicação: “Sabem, acredito que o nosso sucesso se deve afinal muito ao nível de educação das pessoas: é muito elevado nesta aldeia e isso facilitou muito as coisas...”

(*) Na Suécia, a “Municipalidade” (“Kommun”) constitui a mais pequena entidade administrativa. Dirigida por representantes eleitos, é responsável por vários sectores chave: segurança social, ensino primário e secundário, ocupação do solo, apoio às empresas, cultura, etc. Agrupando sempre várias aldeias, o seu território é por vezes muito extenso: a Jentlândia, por exemplo, só abrange 8 municipalidades.

Superfície da região: 50 000 km² (12% do território sueco).
População: 136 000 habitantes (1,5% da população sueca)
Evolução demográfica: 1950-1975: - 15% • 1975-1994: + 2%
Emprego: Agricultura/silvicultura: 5% • Indústria: 14%
Sector público: 41% • Turismo: 10% • Outros serviços: 30%

GBV (Glesbygdsverket/Agência Nacional para o Ordenamento do Espaço Rural)
Splintvägen 1, S-83172 Östersund
Tel: 00 46 63 826 00 - Fax: 00 46 63 862 92

A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural

Uma das dimensões essenciais da Iniciativa Comunitária LEADER é o intercâmbio de experiências e a transferência de saber-fazer entre territórios rurais, através da **“Rede Europeia do Desenvolvimento Rural”**.

A rede tem uma tripla característica. Trata-se de:

- > uma rede aberta. Participam todos os que estão directamente envolvidos no LEADER II (“grupos de acção local” (GAL) e outros agentes colectivos, administrações e instituições que participam na realização da Iniciativa) assim como todos os que estão interessados no futuro da Europa rural;
- > uma rede rica com a diversidade dos seus membros e das situações próprias aos países da União Europeia;
- > uma rede que se alimenta com as inovações conduzidas “no terreno” pelos actores rurais.

É animada pelo **“Observatório Europeu LEADER”**, cujo papel é identificar, analisar, divulgar largamente as acções inovadoras de desenvolvimento integrado e favorecer o intercâmbio de experiências e de conhecimentos entre zonas rurais.

A **Direcção-Geral de Agricultura (DG VI)** supervisiona as actividades deste Observatório, a quem confiou a animação, após anúncio público de candidatura, à **Associação Europeia para a Informação sobre o Desenvolvimento Local (AEIDL)**.

As principais funções da AEIDL abrangem a difusão de informação através da realização de diversas publicações (nomeadamente o LEADER Magazine) e organização de bancos de dados, realização de seminários e colóquios, assistência técnica às cooperações transnacionais entre grupos LEADER.

Seis organismos especializados de diferentes Estados-membros da União Europeia – **Arkleton Trust** (Reino Unido), **Futour** (Alemanha), **INDE** (Portugal), **Iniciativas Económicas y Ambientales** (Espanha), **ÖAR-Regionalberatung** (Áustria) e **Telide** (França) – associaram-se à AEIDL para a realização destas diversas actividades.

Cada organismo é responsável por um tema particular (“Prospectiva”, “Metodologias do desenvolvimento rural”, “Novos produtos/novos serviços”, “Ambiente”, “Turismo”, “Produtos locais”) e participa na animação de seminários e conferências, na produção de publicações e na análise das acções inovadoras, com o apoio de especialistas sobre estes temas.

Nos Estados-membros interessados, serão também criadas **redes LEADER nacionais**, devendo iniciar as suas actividades durante o ano de 1996.

Publicações LEADER

Cadernos técnicos

Para que os grupos de acção local de LEADER II possam beneficiar dos ensinamentos do LEADER I, o Observatório Europeu publicou três documentos, versões revistas e aumentadas de alguns “Cadernos LEADER” publicados entre 1993 e 1995.

- > **“A execução do projecto de desenvolvimento local: a experiência do LEADER I”** é uma compilação de 4 Cadernos correspondendo às principais etapas da gestão de projecto: envolvimento da população, diagnóstico de território, montagem, condução do projecto, análise do impacto.
- > **“A valorização dos recursos agrícolas locais: a experiência do LEADER I”** descreve todo o processo que permite valorizar pela qualidade e comercializar os produtos agro-alimentares locais. O documento trata também da participação dos produtores em feiras e salões profissionais.

- > **“Comercializar um turismo rural de qualidade: a experiência do LEADER I”** analisa uma estratégia possível para desenvolver um turismo de descoberta, baseado no património natural e cultural de um território, e respeitador do ambiente: elaboração do produto, qualidade das prestações, negociação com os operadores turísticos, etc.

Guia metodológico

Um **“Guia metodológico para a análise de uma acção inovadora”** está também disponível. Apresenta-se sob a forma de um “dossier” que permite a fácil manipulação das fichas nele inseridas. O documento foi antes de mais concebido como um instrumento de trabalho ao serviço dos GAL: pode facilitar a identificação, acompanhamento e análise das acções inovadoras realizadas no âmbito do respectivo programa LEADER.

INFORMAÇÕES:

OBSERVATÓRIO
EUROPEU LEADER
chaussée Saint-Pierre 260
B-1040 Bruxelas
Tel.: +32.2.736 49 60
Fax: +32.2.736 04 34

E-Mail:
leader@aeidl.be

World Wide Web:
<http://www.rural-europe.aeidl.be>

“Rural Europe”: as publicações LEADER na Internet

“Rural Europe”, o serviço de informação em linha da Rede Europeia do Desenvolvimento Rural está acessível na World Wide Web no endereço:

<http://www.rural-europe.aeidl.be>

Encontram-se aqui a maioria das publicações produzidas pelo Observatório Europeu LEADER (LEADER Magazine, INFO-LEADER, cadernos técnicos, etc.), o programa de actividades, assim como diversos bancos de dados em constituição (“Acções inovadoras de desenvolvimento rural”, “Programas LEADER nacionais e regionais”, “Acções Comunitárias a favor do desenvolvimento rural”, etc.).

As informações, disponíveis numa primeira fase em inglês e em francês, serão progressivamente disponíveis em alemão, espanhol, italiano e português.

Para todos os intervenientes abrangidos pelo desenvolvimento rural na Europa, o espaço Internet “Rural Europe” oferece também possibilidades de trabalho em linha: forum, mensagens, consulta de documentos à distância, etc.

Nome: LEADER

(Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural)

Tipo de programa: Iniciativa Comunitária

Territórios abrangidos: regiões de Objectivo 1 (com atrasos de desenvolvimento), zonas de Objectivo 5b (zonas rurais frágeis) e zonas de Objectivo 6 (zonas de muito baixa densidade populacional) da União Europeia. 10% das verbas destinadas às zonas de Objectivo 5b podem contudo ser afectadas a territórios limítrofes não elegíveis.

Objectivos: na continuidade do LEADER I (1991-1994), o LEADER II visa:

- > encorajar as iniciativas locais de desenvolvimento rural exemplares;
- > apoiar operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis que revelem as novas vias a adoptar pelo desenvolvimento rural;
- > multiplicar os intercâmbios de experiências e a transferência de saber-fazer;
- > apoiar projectos de cooperação transnacional resultantes dos actores locais das zonas rurais e que traduzam a sua solidariedade.

Beneficiários: O LEADER II pode financiar duas categorias de beneficiários:

- > em primeiro lugar, os “grupos de acção local”, a saber, um conjunto de parceiros públicos e privados que definem em comum uma estratégia e medidas inovadoras para o desenvolvimento de um território rural de dimensão local (com menos de 100 000 habitantes);
- > outros actores colectivos, públicos ou privados, do meio rural (autarquias, agrupamentos profissionais e sectoriais, cooperativas, associações, etc.), desde que a sua acção, mais temática, se inscreva numa lógica de desenvolvimento ao nível de um território local.

Tipo de medidas: aquisição de competências em matéria de desenvolvimento rural, programas de inovação rural (formação profissional, turismo rural, apoio às pequenas empresas, valorização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local, melhoria do ambiente e do quadro de vida, etc), cooperação transnacional.

As diversas componentes do LEADER II articulam-se em torno de uma “Rede Europeia de Desenvolvimento Rural” permitindo uma ampla difusão (seminários, intercâmbios, publicações) das acções inovadoras empreendidas a favor do mundo rural e facilitando as cooperações transnacionais. Esta rede é animada pelo “Observatório Europeu LEADER”.

Duração do programa: 6 anos (1994-1999)

Dotação de origem comunitária: cerca de 1 500 milhões de ecus (dos quais mais de 900 milhões para as regiões de Objectivo 1) financiados pelos três Fundos Estruturais.



**Observatório
Europeu LEADER**



**Comissão Europeia
DG VI Agricultura**

LEADER magazine é a revista trimestral do programa de desenvolvimento rural LEADER II. - O **LEADER II** ("Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural") é uma Iniciativa Comunitária lançada pela Comissão Europeia e coordenada pela sua Direcção-Geral de Agricultura (Unidade VI-F.1.1). - O conteúdo do **LEADER magazine** não reflecte necessariamente as opiniões das instituições da União Europeia. - **Direcção da redacção:** Observatório Europeu LEADER/A.E.I.D.L. - **Editor responsável:** William Van Dingenen - **Jornalismo:** Jean-Luc Janot - **Colaboraram neste número:** Mary Braithwaite, Yves Champetier, Marie Jouffe - **Fotografias:** grupos LEADER, Åtigårn, Campagne Compagne, Eureka, Ministère français de l'Agriculture, Lennart Nilsson, ÖAR, Bengt Weilert - **Foto da capa:** Eureka Slide - **Coordenação da produção:** Christine Chartier - **Concepção gráfica:** Kaligram - Impresso na Bélgica em papel branqueado sem cloro - O **LEADER magazine** é publicado nas onze línguas da União Europeia e tem uma tiragem de 30 000 exemplares. - **Informações:** **LEADER magazine**, A.E.I.D.L., Chaussée St. Pierre 260, B-1040 Bruxelas, Bélgica. Tel: +32.2.736 49 60. E-Mail: leader@aeidl.be - WWW: <http://www.rural-europe.aeidl.be>